

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A QUESTÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA ACESSO  
AO SISTEMA DA DPE/BA

Às 15 horas e 06 minutos do dia vinte e dois do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, tendo por local o Auditório da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, situado na Rua Pedro Lessa, 123 - Canela, cidade de Salvador/BA, foi realizada Audiência Pública convocada pela Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia com a finalidade de debater sobre a questão da HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA ACESSO AO SISTEMA DA DPE/BA.

Iniciada a Audiência Pública pela servidora Thaís Gomes, que fez o convite para os seguintes convidados integrarem a mesa de debates:

- Sr. Damien Hazard - representando a Associação Vida Brasil;
- Sra. Ivana Chastinet - representando o Movimento Nosso Bairro é 02 de Julho;
- Sra. Maísa do Vale – representando a Rede de Mulheres Negras da Bahia;
- Dra. Ariana de Sousa Silva – Defensora Pública, Presidente da Associação dos/das Defensores/as Públicos/as do Estado da Bahia – ADEP;
- Dr. Clériston Cavalcante de Macedo – Defensor Público Geral, representando o Conselho Superior da DPE/BA;
- Dra. Vilma Maria dos Santos Reis - Ouvidora Geral da DPE/BA,
- Dra. Fabiana Miranda – Defensora Pública, atuante na 4ª Especializada de Proteção aos Direitos Humanos - Núcleo de atendimento à população em situação de rua.

Abrindo os trabalhos, a Presidente da Mesa, Ouvidora Geral da DPE/BA, Dra. Vilma Reis agradeceu a presença de todas e todos, em especial as organizações, movimentos, articulações, fóruns, redes, associações de moradores, Conselhos de Direitos, movimentos autônomos, ao movimento de mulheres negras e de população em situação de rua e demais companheiros das lutas nas causas sociais. Continuou tecendo cumprimentos aos membros da mesa e aos demais representantes das causas sociais da cidade e do Estado. Fez menção à diversidade dos companheiros presentes, citou o Sr. Pedro Rosa de Moraes, do Coletivo Vila Coração de Maria, a Sra. Ana, da FENACAB – Federação Nacional de Culto Afro Brasileiro, Sindicato da Construção Civil, Projeto Corra para Abraço, ação da Secretaria de Justiça do Estado junto a população em situação de rua, ONG Ponto de Cidadania Sindicato das/dos Trabalhadoras/os Domésticas do Estado da Bahia - SINDOMESTICO, Comunidade Quilombola da Quingoma de Lauro de Freitas, Estudantes do Curso de Direito da UNEB - Campus Salvador, Artistas, Mães organizadas em Movimentos e Associações nas Regiões do Subúrbio Ferroviário, do Nordeste de Amaralina e do Centro Antigo de Salvador, Assessorias de diversos Parlamentares, Voluntários Sociais, Servidores e Familiares presentes à audiência. Menção especialíssima à eleição da Sra. Ligia Margarida, primeira mulher a assumir a presidência da SPD – Sociedade Protetora dos Desvalidos, ela

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A QUESTÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA ACESSO  
AO SISTEMA DA DPE/BA

também membro do Fórum de Mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Teceu comentários sobre a necessidade de acolhimento da DPE para a sociedade e suas necessidades.

Concedida a palavra ao Defensor Público Geral, Dr. Clériston Cavalcante de Macedo, representando o CSDPE, manifestou cumprimentos à Presidente da mesa, às colegas Defensoras Públicas e aos demais presentes. Relatou que votou contra a Resolução 03/2014 no ano passado. Explicou que as Defensorias não possuem capacidade para atender indiscriminadamente as demandas. Esses critérios devem existir para que as pessoas que realmente necessitam sejam atendidas prioritariamente e isso significa otimizar o atendimento diante da estrutura da DPE. O atendimento é universal, mas a judicialização de todas as demandas é difícil por conta das limitações estruturais. Menção à inauguração da primeira sede própria na cidade de Lauro de Freitas no próximo dia 28 de setembro de 2015. Intervenção de agradecimentos da Sra. Sulle Nascimento, representante do Conselho Municipal dos direitos da Mulher de Lauro de Freitas e ativista pelos direitos da Comunidade do Quilombo da Quingoma. Continuando, Dr. Clériston ressaltou que as comarcas de Barreiras, Eunápolis, Irecê, Amargosa e Brumado serão atendidas pela DPE. Nas comarcas de Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas serão inauguradas sedes próprias da DPE/BA. Falou da luta para pôr em prática os compromissos de campanha. Falou da independência funcional dos defensores públicos no que tange o atendimento amplo da população, apesar da necessidade de estabelecimento de parâmetros para que os mais necessitados tenham acesso ao serviço. Disse estar ciente da estrutura da DPE para recepcionar a ampliação dos atendimentos, pois a demanda apenas aumenta ao contrário do orçamento. Marco histórico para a instituição que hoje pode ouvir a voz da sociedade. Necessidade x possibilidade. Impossibilidade de fornecer atendimento irrestrito desequilibra os atendimentos, pois toma o lugar de alguém que de fato precisa. Dificuldade em compatibilizar vontades e necessidades, por isso um consenso para que se estabeleçam critérios exequíveis. Criticou a resolução na medida em que a mesma é restritiva, no entanto é necessário que exista um parâmetro para compatibilizar a questão e que isso seja debatido, a fim de seja elaborada uma proposta compatível com a estrutura orçamentária da DPE/BA atualmente. Felicitou e agradeceu aos presentes e encerrou sua participação.

Passada a palavra a Presidente da Mesa, esta fez saudações à presença de:

- Sra. Ironildes Evangelista – representante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CDDM, que também foi convidada para compor a Mesa mas não pôde se fazer presente;
- Dra. Cléia Costa – Procuradora Geral do Estado da Bahia, representante do Conselho Desenvolvimento da Comunidade Negra da Bahia e Membro da Comissão de Igualdade da OAB/BA;
- Sra. Olinda Sousa e a Sra. Marilene – representantes do Quilombo Rio dos Macacos;
- Representantes do Ponto de Cidadania – Sra. Sheila, Silvio Reis e outros;
- Liderança do Movimento a Moradia – Batalha pelo direito a cidade – Sra. Maria Jose e mais vinte integrantes – da Região do Cabula;

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A QUESTÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA ACESSO  
AO SISTEMA DA DPE/BA

- Thiago Azeviche – representante do Conselho de Juventude do Estado da Bahia - CEJUVE;
- Sr. Luis – representante do Conselho Nacional das Associações de Moradores – CONAM;
- Sra. Maria José – representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM;
- Sra. Suely Santos – representante do Movimento Negro Unificado e Movimento de Mulheres Negras;
- Servidoras da ESDEP – Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia;
- Equipe da Ouvidoria Geral da DPE-BA: Zenilda Santos, Candida Nogueira, Marina Correa, Thais Gomes, Camila de Cerqueira, Fernanda Ferreira e estagiários/os – Caroline Lina, Andressa e Meisson.

Dada a palavra a Damien Hazard, este agradeceu a presença de todos, disse que também é presidente da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG e expôs sua opinião sobre o tema, no sentido de defender direitos e bens comuns e de determinados grupos discriminados no âmbito da sociedade. Falou que a pobreza financeira é um dos aspectos da vulnerabilidade. E que a vulnerabilidade vem de uma multiplicidade de fatores. Elogiou a abertura da DPE para o debate e participação da sociedade, e levantou as seguintes questões: Quem tem direito ao acesso à justiça? Qual a relação disso com a questão econômica? Debate sobre qual o modelo de sociedade que queremos. Damien destacou que a ONU irá definir nesta semana uma nova agenda para o mundo até 2030, que serão objetivos de desenvolvimentos sustentáveis a serem cumpridos. Cinco palavras representam essas novas metas. São novos objetivos para o desenvolvimento do milênio, percebe-se que a pobreza financeira perde o foco e outros temas passam a integrar a agenda - Pessoa, Planeta, Paz, Prosperidade e as Parcerias. Vejamos o Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Destaque também para o Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Qual relação disso com a pobreza? O Brasil optou por políticas de diminuição da pobreza, de transferência de renda, de inclusão social, através do consumo, erroneamente. Não há relação entre pobreza e violação de direitos (homofobia, violência contra as mulheres, acessibilidade). Não são somente os pobres que têm seus direitos violados. Nós temos pobreza sobre o conceito de pobreza. É um retrocesso considerar pobreza, critério de renda, apenas como critério exclusivo para acesso a DPE, pois a violação de direitos é ampla. Contradição com critério global de entendimento sobre a inclusão. A violação de direitos não tem necessariamente relação com a renda. Desigualdade de renda absurda na sociedade brasileira. A pobreza é muito mais do que o aspecto econômico. Pobreza, violação de direitos, é mais do que miserabilidade econômica. Assim, queremos que a DPE seja uma instituição efetiva e responsável em todos os níveis. Saudações finais.

- Agradecimentos da Presidente da Mesa à Equipe de Apoio (Sra. Vânia, Sra. Grazielle, Sr. Nilson e demais funcionários) da sede do Canela.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A QUESTÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA ACESSO  
AO SISTEMA DA DPE/BA

Passada a palavra a Dra. Ariana Sousa da ADEP que teceu cumprimentos à plateia e aos membros da mesa. Iniciou fazendo menção a necessidade de ouvir a população que utiliza os serviços da Defensoria para que sejam pensadas novas formas de agir. De suma importância discutir a questão da hipossuficiência econômica. Subsídios para os conselheiros da DPE. Precisam ser definidos regramentos mínimos para que os defensores tenham critérios objetivos para uma melhor atuação. Dificuldade em mensurar os conceitos de pobreza e hipossuficiência econômica diante da estrutura administrativa orçamentária da DPE/BA atualmente. É preciso que sejam definidos neste debate parâmetros alcançáveis, para a DPE/BA cumprir sua missão. Saudações finais.

Passada a palavra a Presidente da Mesa, fez saudações a presença de:

- Camila de Moraes – Jornalista, editora-chefe da Revista Sou Digna
- Ekedy Conceição Reis – Representante de uma das religiões de matrizes africanas, o Candomblé, na Audiência;
- Sra. Ginga – membro participante do Ilê Ayê, militante social na região do Curuzú, no Bairro da Liberdade;
- Equipe da Ascom – Jornalistas, técnicos e estagiários/as.

Dada a palavra para Sra. Ivana Chastinet - esta agradeceu o serviço prestado pela DPE, em nome próprio e em nome do Coletivo da Vila Coração de Maria e do Movimento Nosso Bairro é 02 de Julho. Falou do acolhimento e acompanhamento de excelência prestado pela Dra. Fabiana Miranda e outros Defensores Públicos. Relatou que pelos critérios estabelecidos pela referida Resolução 03\2014, nem ela nem a mãe poderiam ser atendidas pela DPE. Sugere que seja definida uma proposta, com o encaminhamento da questão para debate da população, pois é pouco tempo para se decidir sobre uma questão tão importante. A resolução estabelece critérios arbitrários para definição de hipossuficiência econômica. Respeito às diferenças para buscarmos a equidade. Não podemos excluir, pois isso é perigoso, devemos incluir mesmo com orçamento apertado. Assim como o SUS, o atendimento da DPE dever ser para todos. O Estado bloqueia o acesso do povo aos temas fundamentais. Concluiu pela necessidade de se ter uma política de inclusão mesmo dentro das limitações do orçamento, pois as pessoas precisam de auxílio. Saudações finais.

Passada a palavra a Presidente da Mesa, esta fez para saudações a presença de:

- Emanuelle Góes – Doutoranda no Programa pós-graduanda do ISC/UFBA, membro do Ilê Axé Oyá Tolá, Passagem dos Teixeiras, em Candeias, Movimento de Mulheres Negras e três vezes premiada pelo blog que monitora A Saúde da População Negra.

Passada a palavra a Dra. Fabiana Miranda – esta fez menção ao Projeto Som na Calçada, idealizado por a Mafá Santos juntamente com Silvia Telles (ambas estagiárias de nível superior do curso de Graduação em Gênero e Diversidade), que visa empoderar as mulheres em situação de

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A QUESTÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA ACESSO  
AO SISTEMA DA DPE/BA

rua, dos seus direitos humanos, através de oficinas de qualificação, para que possam obter renda, autonomia e direitos. Necessidade de captação de renda para o projeto. Sobre a temática - acesso à justiça é pressuposto de violação de direitos e não de hipossuficiência. Autonomia dos defensores para atuar nos casos e analisar se o cidadão tinha ou não capacidade financeira de ser atendido pela DPE. Necessidade de parâmetro nos casos de dúvidas. A definição de critérios prejudica os assistidos. Recursos finitos e atendimento universal (universalidade ao acesso justiça) - o ideal e que isso seja universal, mas é necessário que se priorizem os atendimentos, diante dos recursos finitos da instituição. Mobilização da sociedade civil para que cobre isso do poder público. No que tange direitos humanos o critério é a vulnerabilidade e não o fator socioeconômico. Problema da resolução é passar para o assistido o ônus de provar de que ele se enquadra no critério da DPE. Sugere um encaminhamento com as alterações a serem feitas na Resolução, por toda a sociedade. Devemos passar a responsabilidade para o defensor e não mais para o assistido. Assinar declaração de pobreza é um constrangimento, uma violência. Sugere que também seja incluída na proposta final a necessidade de no caso de negação da assistência judiciária pelo judiciário que a Defensoria continue atuando no caso. Saudações finais.

Menção de honra da Presidente da Mesa à ex- Ouvidora Geral, Dra. Tânia Palma. Menção de elogio aos Defensores Públicos que são expoentes, Dra. Fabiana Miranda, Dr. Rafson Ximenes, Dr. Clériston Macedo, Dra. Monica Aragão, Dra. Ana Virginia, Dra. Firmiane Venâncio e outros, diante das profundas violações de direitos na Bahia. Adensamento da violência mesmo com aumento da renda. Comentários sobre as questões trazidas pela Marcha das Mulheres Negras à Brasília – Contra Violência, Contra Racismo, Pelo Bem Viver e a importância da discussão (Adensamento da violência X pobreza | Modelo de desenvolvimento monocultural) e luta por esses temas de total relevância para toda a sociedade.

Palavra dada a Sra. Maísa do Vale – da Rede de Mulheres Negras da Bahia, esta fez inicialmente saudação à Presidente da Mesa e aos demais integrantes. E seguiu destacando de que forma o serviço, no seu entendimento, deve ser prestado pela DPE? Objetividade do serviço público, o que significa? Deve-se pensar em uma política Pública além dos limites do sexismo, do racismo, da homofobia e etc. Questão da objetividade dentro da pluralidade. Fundamenta a exclusão. Discricionariedade do serviço público? Perpassa a subjetividade do servidor público. Não agrada que o defensor tenha o poder de avaliar se a pessoa tem capacidade, tem necessidade etc. Observando a necessidade de utilizar os indicadores e bancos de dados já existentes para se definir o perfil dos usuários. Quem tem perfil da “pobreza”. Critério para acessar um serviço público - a universalidade é pressuposto dessa característica. Por ser serviço público já pressupõe universalidade. Pleito a cidadania, tentativa da sociedade de se apropriar das questões e do próprio exercício da cidadania. Por fim, quer enfatizar que a política pública é universal, direito não se hierarquiza! A defensoria tem que acolher as demandas e não se esquivar, tem que criar constrangimento. Devemos exigir qualidade, eficiência, efetividade e eficácia dos serviços públicos. A presença da sociedade justifica a existência da DPE e mais usuários significa que acreditamos no serviço prestado pela instituição. Saudações Finais.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A QUESTÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA ACESSO  
AO SISTEMA DA DPE/BA

❖ Pausa para *coffeebreak*.

Na reabertura dos trabalhos, com convite da Presidente da Mesa, a cantora Matilde Charles foi a primeira a falar da sociedade civil no bloco, e esta além de tecer comentários sobre a questão do racismo, da importância da Defensoria e da exclusão social, cantou lindamente um samba a capela.

Retorno das atividades – Inscritos e suas propostas:

Primeira inscrição: Sra. Gildete Domingo, funcionária pública federal aposentada e estudante de Direito – Relatou situação pessoal no que tange o montante estipulado como teto para atendimento tanto para DPU como para DPE, expressou sua indignação quanto ao tema, uma vez que as pessoas *estão* hipossuficientes e *não são* hipossuficientes. Finalizou dizendo que chega de atestado de pobreza, e que quer exercer seus direitos. Não apresentou proposta para votação, mas suas reflexões já traziam o que pensa para o tema em debate.

Segunda inscrição: Sra. Ivana Chastinet, que expôs três afirmações – Pensa que a maior violência de todas está na corrupção praticada pelos políticos; Que a redução das desigualdades só existirá quando as diferenças forem respeitadas; Devemos ir às ruas pressionar o Estado para que faça mais concursos públicos urgentemente, incluindo os negros nesses certames. Agradeceu aos organizadores e se despediu do evento por motivos profissionais. Não apresentou proposta para votação, nesta segunda fala, pois já havia feito na rodada de abertura.

- A convite da Presidente da Mesa, a Sra. Linda Kaiongo, do Movimento Nosso Bairro é 02 de Julho, para compor a mesa, ocupando o lugar de Ivana Chastinet, que por motivo de trabalho precisou se ausentar.

Terceira inscrição: Sra. Milka Martins, do SINDOMESTICO – Cumprimentou os membros da mesa. Expôs seu relato pessoal como vítima, ainda na infância, de violência, no que tange seus direitos a educação e vivência da idade infantil; contou que veio do interior para capital para estudar, mas foi obrigada a trabalhar como empregada doméstica desde os sete anos de idade. Relatou que aos quarenta e cinco anos luta para terminar o ensino médio e vencer anos e anos de assédio moral e psicológico. Denunciou que sua categoria, passa por uma situação bem difícil diante das recentes mudanças impostas pelo Executivo e Legislativo. Encerrou sua fala clamando para que a DPE compareça às comunidades, ouça as demandas e tome providências. Não apresentou proposta para votação.

Quarta inscrição: Dra. Tânia Palma, ex-Ouvidora Geral da DPE/BA, funcionária pública, militante de diversas causas sociais e do movimento de Mulheres - Agradeceu ao apoio do Defensor Geral e falou sobre o racismo institucional de que foi vítima em seus mandatos como Ouvidora Geral. Expôs que todos os cidadãos são contribuintes e financiam os serviços públicos. Disse ainda que serviço público tem que ser profissional, não havendo que se falar em caridade ou preferências

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A QUESTÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA ACESSO  
AO SISTEMA DA DPE/BA

peçoais. Afirmou que é preciso ter demanda e que pobreza é condição social e não escolha. Para ela fila e triagem servem para seletivizar. Defende a transgressão às instituições. Fez as seguintes propostas para votação:

1 – Derrubada do critério objetivo instituído pela Resolução 03/2014, com criação de uma comissão paritária (DPE e sociedade civil) para se estudar melhor a questão e se obter um posicionamento mais consciente, dada necessidade de acesso universal à DPE. – ABERTA A VOTAÇÃO, PLENÁRIA VOTOU PELA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

2 – Encaminhamento de ofícios requerendo pareceres opinativos para OAB, Conselhos de Direito, e outros órgãos competentes sobre o tema. - ABERTA A VOTAÇÃO, PLENÁRIA VOTOU PELA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

3 – Exigir que a DPE/BA cumpra a Lei de Acesso à Informação e divulgue as contas da instituição no site de transparência pública. - ABERTA A VOTAÇÃO, PLENÁRIA VOTOU PELA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Quinta inscrição: Dra. Cléia Santos, Procuradora do Estado da Bahia, membro do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) – Relatou que a referida resolução limita a atuação da instituição e os critérios inferiorizam o cidadão. A DPE tem que dar tratamento coletivo às demandas coletivas, deve identificar isso nas demandas individuais. Alertou para necessidade de inclusão do art. 3º da resolução que sejam incluídas as organizações sociais sem fins lucrativos e as cooperativas de trabalho. Fez a seguinte proposta para votação:

1 – Criação do Fundo Público de Acesso à Justiça, a exemplo do Fundo de Combate à Pobreza do Governo Estadual, (para as políticas do Estatuto da Igualdade Racial da Bahia), para que sejam financiados projetos na área de acesso à justiça. - ABERTA A VOTAÇÃO, PLENÁRIA VOTOU PELA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Sexta inscrição: Sra. Maria José, Movimento Nacional de Luta pela Moradia – Cumprimentou a mesa e falou da questão do acesso à justiça no que tange a crítica à Constituição Federal que traz o termo “desamparados”. Defende que devam existir critérios de prioridade para o acesso à justiça, mas que isso é difícil de ser definido. Denunciou a dificuldade de efetivação de direitos pela população, e a situação de um grupo de cidadãos e cidadãs, que estão morando sobre as placas de esgotamento sanitário nas imediações do Hospital Roberto Santos, no bairro do Cabula. Defendeu que haja um amplo debate da questão, se prontificando a participar da futura Comissão. Não apresentou proposta para votação.

- ❖ Cumprimentos da Presidente da Mesa, à Dra. Fabiana Miranda, que se despediu do evento por motivos profissionais.

Encerradas as inscrições para apresentação de propostas.

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A QUESTÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA ACESSO  
AO SISTEMA DA DPE/BA

Abertas as considerações finais para manifestação dos integrantes da mesa:

- Sra. Linda Kaiongo, fez comentários sobre as boas impressões que teve do evento e agradeceu o convite para compor a mesa, e manifestou repúdio pelas disposições impostas pela Resolução 03/2014. Agradeceu aos presentes e encerrou sua participação.

- ❖ Menção de despedida e apoio pela Presidente da Mesa ao grupo de Mulheres do Movimento de Luta pela Moradia alocadas nas imediações do Hospital Roberto Santos.

- Dra. Ariana Sousa, fez considerações sobre a importância e a riqueza das discussões ocorridas na audiência. Ponderou a necessidade de parâmetros para atuação dos defensores. Ilustrou que a aplicação da lei precisa ser humanizada pelos defensores. Alertou no sentido de que, não obstante a proposta de retirada dos critérios da Resolução 03/2014, o Conselho Superior decide dentro dos limites da lei, e a Constituição Federal utilizada o termo “necessitados”. Por isso, sugere que a decisão deva ser factível e não algo idealizado que não terá condições de ser aplicado. Mencionou as dificuldades da DPE em ampliar o serviço, pois isso prejudicaria ainda mais os assistidos em situação de “marginalidade” e “miserabilidade”.

- ❖ Menção de despedida e apoio às mulheres de Lauro de Freitas, que se deslocaram com diversas representações para participar da Audiência.

- Sr. Damien Hazard, fez agradecimentos e elogios ao evento no sentido de ter sentido um clima de fraternidade no debate político. Afirmou que a futura Comissão precisará de apoio técnico-jurídico, uma vez que o debate político da questão não precisa das formalidades da linguagem jurídica. Quem deve dizer quais são as soluções diante das insatisfações sociais é o Estado. O Estado não pode transferir essa responsabilidade à sociedade para evitar mudança. Fez convite a todos para comparecerem no dia vinte e quatro de setembro de 2015, à ocupação da Praça do Castro Alves, das 15 horas às 18 horas, onde serão feitas diversas intervenções artísticas sobre a questão do Desenvolvimento Sustentável e as Metas da ONU até 2030. Agradeceu aos presentes e encerrou sua participação.

- Sra. Máisa do Vale, teceu ponderações sobre o papel do serviço público, que deve ser amplo, e não deve ser para dar lucro. Reiterou o convite à Marcha das Mulheres Negras, programada para acontecer em 18 de Novembro de 2015, em Brasília. Agradeceu aos presentes e encerrou sua participação.

Encerramento da Audiência Pública: Presidente da Mesa cumprimentos os integrantes da mesa e demais presentes, reafirmou o compromisso da Ouvidoria Geral com as demandas da sociedade civil. Teceu agradecimentos especiais a Sra. Ana Kauffmann e a Sra. Louisa Huber pelo empenho em divulgar e mobilizar as pessoas para comparecerem ao evento e em outras atividades desta Ouvidoria Geral e ainda destacou a participação dos Conselhos de Direitos, que a cada atividade tem se feito presente. Menção a Srta. Deise Brito, bacharel em Ciências Sociais pela FFCH/UFBA.



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A QUESTÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA ACESSO  
AO SISTEMA DA DPE/BA

Com agradecimentos a todas e todos as/os presentes, a presidente da Audiência, a Ouvidora Geral da DPE-BA, Dra. Vilma Reis, declarou encerradas as atividades.

Estiverem presentes na audiência pública o nº total de 92 cidadãos, conforme a lista de presença anexa. Na oportunidade, após debate com a comunidade e a população em geral, restou aprovado que na próxima reunião do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia serão propostas:

- 1) Revogação da Resolução 03/2014 do CSDPE;
- 2) Instituição de uma Comissão de Estudos, paritária e política, com participação da DPE/BA e das representações da sociedade civil, para que a questão seja amplamente debatida, e caso assim entendam, proponham novos parâmetros para acesso dos cidadãos ao serviço da DPE/BA;
- 3) Criação do Fundo de Acesso à Justiça, com destinação de verbas para o custeio de atividades que promovam a efetivação do acesso à justiça pela sociedade em geral.

Os trabalhos foram finalizados às 18 horas e 58 minutos daquela data. Para constar, eu, Marina Sá Corrêa, Técnica Nível Superior- Direito, lavrei a presente Ata que será assinada pela Ouvidora Geral da DPE/BA.

---

Vilma Maria dos Santos Reis

Ouvidora Geral da DPE-BA